

**PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS QUE ATUAM NA ÁREA DE
ADVOCACIA, DIANTE DO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO ISS CONFORME A
LEI COMPLEMENTAR 156/ 2017 NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS –
BAHIA**

Milena Barbosa da Conceição*

Karla Klarto Carvalho Correia**

O imposto sobre serviço (ISS) trata-se de um imposto de competência do município e do Distrito federal, que tem como fato gerador a prestação de serviço e encontra-se previsto no art. 156 inciso III da Constituição Federal de 1988, sendo que seu imposto devido é de grande importância para o município desenvolver suas atividades, pois o ISS trata-se de uma fonte de recursos e possui uma relevância na economia. O profissional liberal é todo profissional que tem formação universitária ou técnica e tem liberdade para executar a sua atividade, o mesmo é considerado um contribuinte que tem a obrigação do pagamento do imposto, sendo assim a Lei complementar 157/2016 servirá de amparo para os municípios imporem seus devidos critérios para arrecadação do imposto. O presente estudo tem como objetivo geral identificar as percepções dos profissionais liberais que atuam na área de advocacia no município de Cruz das Almas quanto ao tratamento diferenciado do benefício tributário do ISS. Para alcançar o objetivo geral, elencou-se como objetivos específicos descrever os aspectos legais da lei complementar 157/2016 e sua relação ao tratamento diferenciado ao benefício tributário do ISS, abordar o tratamento diferenciado e a forma de concessão ao benefício tributário do ISS para advogados e por último identificar o nível de conhecimento dos profissionais liberais sobre o tratamento diferenciado na arrecadação tributário do ISS. Para a metodologia da pesquisa será utilizado a abordagem quali-quantitativa, quanto ao objetivo constituirá um método descritiva e quanto ao seu delineamento estará abordado por um estudo de caso onde estará estruturado através da aplicação de questionário. Os resultados esperados para essa pesquisa buscar identificar o conhecimento do profissional liberal em relação ao tratamento diferenciado do ISS e se o mesmo tem a perspectiva do uso da Lei Complementar como amparo para a arrecadação do imposto. E diante dessa pesquisa buscar-se notar como está sendo concedido a redução do imposto e como estão aplicando o benefício.

Palavras-chave: Contabilidade tributaria. Imposto Municipal. Profissional liberal. Lei Complementar 157/2016.

* Graduanda do curso de Ciências Contábeis- FAMAM. Governador Mangabeira – Bahia. E-mail: milasaj@hotmail.com.

** Docente - FAMAM. Especialista em Direito Publico pela Universidade Anhanguera. Mestrado em Desenvolvimento regional e meio ambiente na Faculdade Maria Milza (FAMAM) em andamento. E-mail: karlakarta@gmail.com.